



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1542/16	DATA: 01/12/2016	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 14h29min	TÉRMINO: 16h40min	PÁGINAS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALEXANDRE DE MORAES - Ministro da Justiça e Cidadania.

SUMÁRIO

Debate sobre a proposta de federalização da Segurança Pública no Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Gostaria de declarar aberta a 31ª reunião de Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Esta reunião foi convocada para debatermos sobre a federalização da segurança pública do Distrito Federal, em atendimento ao Requerimento nº 170, de 2016, de autoria do Deputado Laerte Bessa, do Distrito Federal.

Cumpre-me esclarecer que, em comum acordo com o Sr. Ministro da Justiça e Cidadania Alexandre de Moraes, a quem recebemos aqui com muita alegria, poderão ser levantadas também outras dúvidas sobre o tema.

Convido, neste momento, para compor a Mesa já conosco o Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes que, a convite da Comissão, se faz presente.

Agradeço a V.Exa., Ministro, pela deferência e respeito à Câmara dos Deputados, especificamente à Comissão de Segurança Pública.

Está aqui conosco também o autor do requerimento, Deputado Laerte Bessa, além dos Deputados Aluisio Mendes, Ezequiel Fonseca, Izalci e Carlos Henrique Gaguim.

Conforme dispõe o § 1º do art. 222 do Regimento Interno, esclareço que o Sr. Ministro terá o tempo de 40 minutos para sua fala, sendo vedados os apartes. Esse tempo poderá ser prorrogado, de acordo com a necessidade de V.Exa., por deliberação da Mesa e do Plenário, admitidos apartes somente durante o tempo de prorrogação.

Ao final da exposição, iniciaremos os debates, quando cada orador previamente inscrito poderá interpelar o Sr. Ministro pelo tempo de 3 minutos, improrrogáveis, tendo o convidado igual tempo para responder.

Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo também de 3 minutos, improrrogáveis.

Neste momento, já agradecendo a presença do Sr. Ministro, eu gostaria de conceder a V.Exa. a palavra pelo prazo de 40 minutos. Em havendo necessidade, V.Exa. terá mais tempo para realizar os seus esclarecimentos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Boa tarde a todos.



Quero cumprimentar todos os Deputados presentes, em nome do Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Deputado Alexandre Baldy, em especial o Deputado Laerte Bessa, autor do requerimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou tentar ser extremamente sintético e aproveitar a oportunidade para colocar alguns pontos importantes em relação a algo sobre o que já conversamos no Ministério da Justiça.

Tivemos a oportunidade de receber a Comissão de Segurança Pública no Ministério da Justiça. No momento em que nós estamos, eu diria, quase que finalizando a proposta do Plano Nacional de Segurança Pública, acho que é importante uma rápida prestação de contas à Comissão de Segurança, para mostrar o alinhamento dos tópicos que fizemos após, eu diria, uma ampla consulta — talvez a maior consulta já feita pelo Ministério — em relação aos órgãos que atuam efetivamente na Segurança Pública e Justiça do País.

Nós iniciamos, em 31 de maio, com a primeira reunião para discutirmos a questão da segurança pública com todos os Secretários de Segurança Pública do País. Naquela primeira reunião houve, inclusive, a presença do nosso Presidente Michel Temer, que fez questão de ir até o Ministério da Justiça para participar e mostrar que a questão da segurança pública, da coordenação e da integração da segurança pública pelo Governo Federal é absoluta prioridade do Presidente da República.

A partir disso, de 31 de maio até hoje, nós tivemos inúmeras reuniões com todos os secretários de segurança pública, que, inclusive, indicaram três deles para participarem do núcleo de combate e redução a homicídios e criminalidade organizada. Tivemos inúmeras reuniões com os Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos estaduais, com o CNJ — Conselho Nacional de Justiça, com o CNMP — Conselho Nacional do Ministério Público, com Chefes de Polícia Civil de todo País, no Colégio dos Chefes de Polícia, com os Comandantes-Gerais da Polícia Militar, com a Conferência Nacional das Guardas Civis Metropolitanas, para que nós possamos apontar um plano de segurança; não um plano de segurança simplesmente de intenções; não um plano nacional de segurança simplesmente de ideias e proposições, mas um plano de segurança operacional, um plano de



segurança prático, efetivo e que realmente possa representar algo de diferente no cenário nacional.

Nós todos sabemos que — principalmente em virtude do aumento do tráfico de drogas, da entrada de drogas no Brasil na última década e meia, principalmente nos últimos 15 anos — o Brasil viu a sua criminalidade se tornar muito mais violenta do que era.

Nós temos hoje uma criminalidade extremamente violenta porque o Brasil, até 10, 15 anos atrás, era um país de passagem do tráfico de drogas. Hoje, o Brasil é um grande consumidor, um país consumidor.

O Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo, só perdendo para os Estados Unidos. O Brasil é o primeiro consumidor de maconha do mundo. Temos também problemas absurdos com o *crack*. E a isso se somou, principalmente na última década, uma criminalidade mais violenta.

Ao analisarmos a criminalidade, nós verificamos que houve uma aproximação das quadrilhas mais violentas de roubo, das quadrilhas armadas mais violentas com o tráfico. Elas se uniram, passaram a fazer, inclusive, as mesmas rotas referentes ao armamento pesado.

Infelizmente, há mais de década, há mais de 15 anos, a apreensão desse armamento pesado era quase uma exclusividade no Rio de Janeiro. Hoje nós temos uma grande apreensão, há 3 anos, 4 anos, em São Paulo; a apreensão aumentou no Rio Grande do Sul.

Temos na rota que se denomina a rota do “Novo Cangaço”, no Nordeste, explosões de caixas eletrônicos e de agências bancárias com quadrilhas com armamento pesado. Então, esse é outro problema que se tornou muito maior no Brasil.

É necessário, obviamente, que nós combatamos isso de forma coordenada e integrada. Não é possível que o Brasil não consiga demonstrar essa coordenação. Mesmo com todas as dificuldades, conseguimos demonstrar isso agora, recentemente, nos Jogos Olímpicos. Com absolutamente todas as dificuldades, com os Estados — e é compreensível isso — não podendo ceder os policiais que haviam prometido para as Olimpíadas; com um déficit na Força Nacional; com todas as dificuldades; com algumas alterações legislativas que fizemos — a exemplo da



medida provisória que esta Casa rapidamente aprovou, assim como o Senado também, permitindo o chamamento de policiais inativos até 5 anos —; enfim, com investimento, coordenação e inteligência, o Brasil deu mostras ao mundo de sua capacidade.

Portanto, com coordenação, com integração, com inteligência policial, com troca de informações e operações conjuntas, nós conseguimos fazer segurança.

Nos Jogos Olímpicos, a segurança brasileira foi a segurança mais elogiada de todas as últimas Olimpíadas. Desde Munique, passando por todas as Olimpíadas, nós tivemos algum problema, algum atentado terrorista. Todas tiveram, em maior ou menor extensão, problemas, inclusive na anterior, em Londres. E o Brasil passou pelo teste com muito trabalho, com muita integração, com muita cooperação entre as polícias.

Por que não — e essa é a filosofia do Plano Nacional de Segurança ou da ainda minuta do Plano Nacional de Segurança — repetir essa coordenação, essa integração, essa atuação conjunta? E não me refiro somente a um grande evento que ocorra no Brasil, as Olimpíadas ou Paralimpíadas, mas a um inimigo comum a todas as forças policiais, um inimigo comum da sociedade, que é o crime organizado, o narcotráfico, o tráfico de armas, a violência contra a mulher, os 52 mil homicídios que ocorrem todos os anos?

Não é possível que no Brasil tenhamos 58 mil mortes violentas, e dentre as 58 mil mortes violentas, 52 mil homicídios por ano. Nós sabemos que 72% dessas mortes se dão com pessoas entre os 16 e os 25 anos de idade. Então, nós temos, aproximadamente, 37 mil jovens morrendo todos os anos. É toda uma geração. Em 10 anos são 400 mil jovens quase. É muito mais do que o ocorre em qualquer guerra em outros lugares.

Então, a partir desse diagnóstico, a partir da constatação de que, sozinhos, os Estados não conseguem responder a essa nova forma de criminalidade — porque não é mais uma criminalidade municipal, nem só intermunicipal, dentro do Estado, mas uma criminalidade interestadual com ramificações transnacionais —; a partir dessa constatação é que entendo ser absolutamente necessária a participação do Ministério de Justiça e Cidadania, do Governo Federal, no reforço ao combate à criminalidade.



Não me refiro, obviamente, uma participação de substituição, até porque não é essa a competência constitucional da União, não uma participação de subordinação e hierarquização. Talvez, Deputado Alexandre Baldy, este seja o maior erro constante do Governo Federal nessa área em relação aos Estados, ou seja, querer impor regras e mecanismos aos Estados, sem ouvir e sem cooperar com os Estados. Quem faz a segurança pública, quem tem a força policial é a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Técnico-Científica, quem está lá próximo à criminalidade são os Estados.

Então, esse é outro ponto essencial dessa construção do Plano Nacional de Segurança Pública. União e Estados vão agir conjuntamente. União e Estados vão atuar em cooperação, em operações conjuntas, núcleos permanentes de inteligência feitos de forma conjunta, investigação de alguns temas feita de forma conjunta, para atuarem de uma forma uniforme.

A partir disso, verificou-se — e era uma ideia que eu já tinha antes de assumir o Ministério, inclusive enquanto Secretário de Segurança Pública de São Paulo já havia levado essa ideia ao Ministério da Justiça — a necessidade de nós, obviamente com as dificuldades orçamentárias e financeiras que existem, transformarmos a Força Nacional numa espécie de guarda nacional, como há nos Estados Unidos — óbvio que com as peculiaridades do nosso País.

Os Governadores, nos Estados Unidos, têm a guarda nacional porque não têm as polícias, que são municipalizadas. Aqui a ideia é fortalecer e transformar em algo permanente a Força Nacional, para evitar que, diante de qualquer problema maior — seja pontual, imediato, agudo ou uma problemática crônica, como a criminalidade violenta que hoje vem crescendo —, passemos direto da segurança pública às Forças Armadas, para garantia da lei e da ordem.

Nós não podemos banalizar a utilização das Forças Armadas. Como fortalecer essa ideia de Força Nacional? O Presidente da República, a meu pedido, editou uma medida provisória permitindo que a Força Nacional pudesse também chamar policiais militares com até cinco anos de inatividade.

Eu dou um exemplo, óbvio, da realidade que me é mais próxima, que é de São Paulo. De janeiro a junho, nos seis primeiros meses deste ano, aposentaram-se 2.900 praças em São Paulo, com a média de 42 anos de idade. Ou seja, vários



deles querem e podem continuar. Basta ver que nós abrimos, há uma semana, o edital. Esperamos a medida provisória se converter em lei, para utilizá-la de forma permanente, e já há quase três mil inscritos em todo o Brasil.

Também pedi ao Presidente para ampliar a possibilidade de contratação também de inativos da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Polícia Rodoviária Federal, para criar equipes no Departamento que eu criei na SENASP, o Departamento de Polícia Judiciária e Perícias, para auxiliar os Estados em desvendar mais rapidamente alguns crimes. Esse trabalho será feito sempre em parceria, seja nas operações com a Força Nacional, nas operações com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, seja na questão de compra de equipamento, armamento, tecnologia, repasse de dinheiro.

Outro problema que eu verificava, enquanto Secretário da Segurança Pública, é que o Ministério fazia um *kit* uniforme para todos os Estados, sem levar em conta as peculiaridades de cada um. E o Estado deveria aceitar ou não. Alguns *kits* não tinham nada a ver com alguns Estados, basta verificar que o Estado de São Paulo, no ano e meio que antecedeu a minha posse como Ministro e como Secretário, nunca aceitou nenhum *kit*, porque não tinham nenhuma relação com a questão de São Paulo.

O que nós fazemos agora? Nós dividimos o dinheiro do Fundo Nacional de Segurança Pública, o que é disponível; a mesma coisa fazemos com o FUNPEN, com critério técnico, e perguntamos aos Estados: “*O que vocês precisam mais?*” A partir daí, vamos elaborando essa questão também de repasse de verbas e de equipamentos.

Postas essas ideias iniciais, qual o foco do Plano Nacional de Segurança? Qual o foco em que nós estamos trabalhando para, até meados de dezembro, apresentar ao Presidente Michel Temer, e, se tiver a concordância de S.Exa., divulgá-lo? Nós vamos pegar quatro tópicos importantes, principalmente dois deles que acabam tendo ligação e reflexo no restante da criminalidade.

O primeiro dele é com relação aos homicídios. Não há como ficarmos inertes à questão de 52 mil homicídios e 58 mil mortes violentas por ano. Desde o início, eu repliquei algo que havia feito em São Paulo e, a partir disso, nós conseguimos diminuir para menos de dez e, depois, para menos de nove homicídios por cem mil



habitantes. Fizemos aqui no Ministério, nas 27 capitais e depois vamos ampliar, o georreferenciamento de todos os homicídios ocorridos em 2016, ponto por ponto, no mapa do Google. Avaliamos as características da ocorrência, para fazer a ligação da inteligência, para saber a localidade, para estudar o porquê em determinadas localidades há um número maior de homicídios.

Fizemos também o georreferenciamento do feminicídio. A partir disso, colocamos de forma sobreposta a mancha de violência doméstica, de violência contra a mulher. E tudo isso fizemos nas 27 capitais.

Obviamente, como não poderia deixar de ser, constatamos que a criminalidade se concentra em dois ou três pontos, tanto nos homicídios quanto na violência contra a mulher. O primeiro grande ponto é esse.

Por que fizemos isso? A partir desse georreferenciamento, nós mapeamos os locais, estabelecemos várias regras de protocolo de investigação, levantamos todos os mandados de prisão de homicidas, latrocidias, traficantes e agressores de mulher. A Inteligência já começou a mapear e verificou pontos onde mais se apreendem armas, em rotas estaduais e federais.

Com esse mapeamento policial e de investigação, nós vamos, agora, a começar por Natal, Porto Alegre e Aracaju, iniciar as operações. A partir de janeiro, vamos ampliar as ações para as capitais e Municípios limítrofes onde há uma grande mancha de homicídios. E faremos isso para que possamos atacar a raiz dos homicídios, para que possamos diminuir essa chaga que ocorre hoje no Brasil.

Mas não é só uma questão de combate ou repressão, mas sim de prevenção. Levantamos todos os programas que podem auxiliar e que estão no Ministério, na SENAD — Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, na Secretaria Nacional de Justiça, na Secretaria de Políticas para as Mulheres, na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, na Secretaria de Direitos Humanos, na Secretaria de Proteção à Criança e ao Adolescente. E todos os programas sociais que são muito esparsos, nós os concentramos para aplicar nessas regiões, para aplicar junto ao Plano Nacional de Segurança.

Essa é a nossa estratégia para mostrar que uma prevenção forte, com repressão devida, com cumprimento de mandados de prisão e apreensão de armas



juntamente com o trabalho preventivo e de aproximação da polícia com a comunidade, dá resultado.

Isso deu resultado no mundo todo e vai dar resultado no Brasil.

Não é possível que o Brasil continue tendo 27 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto o Japão tem 0,4 homicídios por 100 mil habitantes; ou enquanto Portugal tem 3,4 homicídios por 100 mil habitantes.

Vejam V.Exa. que nós podemos trabalhar para reduzir isso.

O segundo ponto em relação a homicídio e violência contra a mulher é a questão das fronteiras, do narcotráfico, da criminalidade transnacional, do tráfico de armas, do tráfico de pessoas e do contrabando.

Hoje, todos sabem que grande parte do contrabando passou a ser realizado pelos traficantes de drogas, os tradicionais traficantes, principalmente o contrabando que vem do Paraguai: maconha e cigarro.

Os traficantes, o crime organizado do narcotráfico acabou assumindo também esse papel do contrabando de cigarro, até porque muitas vezes dá muito mais lucro do que a própria maconha.

Começou no norte da África essa tendência de vários traficantes introduzirem cigarro. A rede de distribuição é muito mais fácil. A rede da pseudolegalização é muito mais fácil. Houve essa migração, então combate deve ser em conjunto, o combate deve ser comum.

Aqui também temos cooperação, coordenação e integração, não só com os Estados, mas com os países vizinhos.

Estamos interligando todas as câmeras, todo o vídeo-monitoramento utilizado nos Centros Integrados de Comando e Controle durante a Copa do Mundo e durante as Olimpíadas. Estamos interligando as imagens com Brasília. O passo seguinte será interligar os radares OCRs — leitores automáticos de placas — de todos os Estados e Municípios, começando com as rodovias estaduais, depois com os grandes Municípios e assim por diante.

Vamos interligar, mediante um sistema de cerca eletrônica, uma cerca que possibilite a identificação de veículos furtados e roubados, que são os utilizados pelo tráfico, que são os utilizados para extorsão mediante sequestro, que são os utilizados para roubo a banco.



Vamos fazer essa cerca eletrônica nacional com esse cruzamento. A partir dessa análise, com os Municípios que não têm condições de instalar OCRs, o Ministério vai realizar convênios e verificar. Às vezes, dependendo do Município, com quatro ou cinco radares com leitor automático de placas controla-se a entrada e a saída dos Municípios e consegue-se estabelecer um fluxo de controle da criminalidade muito maior.

Criamos e estamos instalando os primeiros cinco núcleos permanentes de inteligência para a questão do crime transnacional. Participam desses núcleos as inteligências da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das Polícias Civil e Militar do respectivo Estado. Os cinco primeiros estão no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Por que esses inicialmente? Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná fazem divisa com o Paraguai e a Bolívia. Paraguai e Bolívia, esses dois países são responsáveis por 90% da maconha que vem para o Brasil, 74% do armamento pesado que vem para o Brasil e também 60% da cocaína que vem para o Brasil. Nesses três Estados, portanto, nós iniciamos a constituição do núcleo de inteligência. São Paulo e Rio de Janeiro se justificam porque são os maiores mercados consumidores, tanto de drogas quanto de armamento pesado.

A partir dessa criação, obviamente já conversei com a maioria dos Governadores, nós vamos criar em cada um dos Estados esses núcleos Inteligência, que estarão sempre em comunicação para que nós possamos, finalmente, ter no Brasil uma central de inteligência policial. Falta muito ao Brasil uma central de inteligência nacional, uma central de inteligência policial. E nós vamos conseguir, com isso, avançar muito no combate à criminalidade.

Ainda, o terceiro pilar importante, de forma bem sintética, dessa proposta de Plano Nacional de Segurança diz respeito à racionalização do sistema penitenciário.

Eu repito sempre — até me torno chato com isso — que o Brasil prende muito, mas prende mal. Não é culpa de quem prende, não é culpa de quem está atuando; é culpa de uma mentalidade cultural que se refletiu na mentalidade legal brasileira desde as ordenações portuguesas até hoje. Portugal, há mais de 20 anos, mudou esse tratamento relacionado à questão prisional, penitenciária, e o Brasil manteve isso.



O que significa prender muito, mas prender mal? Nós prendemos quantitativamente e não mantemos preso qualitativamente. Alguém que pula um muro e subtrai um botijão de gás comete furto qualificado mediante escalada, fica em regime fechado. Alguém que estoura caixa eletrônico com fuzil, atira quando a polícia chega, ou seja, barbariza aquela localidade atirando contra a polícia, configura o roubo qualificado, fica 5 anos e 4 meses em penitenciária também.

São duas condutas absolutamente diversas. As duas condutas têm que ter penalidade, mas penalidades proporcionais. Nós colocamos na penitenciária os dois e, ao colocar na penitenciária, nós soltamos rapidamente os dois também com um sexto de cumprimento da pena.

Então, nós prendemos mal, porque há muita gente que não precisaria nem estar preso. Tem que ter uma pena, mas não precisaria estar preso — refiro-me ao estelionatário ou a quem furtos simples. Nós temos inúmeros furtos simples que, fiscalizando, nós poderíamos aplicar uma restrição, uma pena de prestação de serviço à comunidade, para com isso poder deixar mais tempo preso aquele que precisa estar preso.

Isso não é teórico só. Vejam: isso também é dogmático e teórico, porque não é razoável que delitos diferentes, um sem violência ou grave ameaça e outro com violência e grave ameaça, tenham sanções idênticas. Isso já é errado. Mas isso deve se diferenciado na prática também.

Nós não precisamos deixar na penitenciária quem não precisa estar preso. Não significa que não precisa estar cumprindo algum tipo de sanção, mas não precisa estar preso, porque não praticou algo com violência ou grave ameaça — a exemplo de quem cometeu um furto ou um estelionato.

Nós temos no Brasil — pasmem V.Exas.! — quase 7% de presos por uso de documento falso. Está certo usar documento falso? Claro que não. Mas este criminoso precisa estar na penitenciária? Pode ter outro tipo de sanção, até porque, como eu disse, além de estar errado doutrinariamente, teoricamente, vamos ser práticos, pragmáticos.

Nas últimas décadas, nós entregamos de bandeja várias pessoas que praticaram crimes leves para o crime organizado. Nós entregamos soldados para o crime organizado. Nós temos que deixar mais tempo preso quem precisa ficar mais



tempo preso: quem praticou crime com violência ou grave ameaça, quem coloca em risco a sociedade.

Eu dou um exemplo concreto: no ano passado, em maio do ano passado, em 2015, nós prendemos em São Paulo uma quadrilha de 12 bandidos que tinham realizado 21 explosões em caixas eletrônicas em São Paulo e Minas Gerais. E isso foi resultado de um trabalho de inteligência policial do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo, com o pessoal de São José do Rio Preto. Os dois cabeças da quadrilha, os dois chefes da quadrilha, tinham sido condenados, com trânsito em julgado em 2013, por roubo qualificado, com 5 anos e 4 meses. Eles cumpriram 11 meses, mas já estavam na rua e já começavam a estourar caixas eletrônicas.

Observem que, assim, é impossível combater a criminalidade! Quando se pega a quadrilha que cometeu crime com violência ou grave ameaça, temos que deixar pelo menos — e essa é uma proposta que nós vamos encaminhar assim que fecharmos o Plano Nacional de Segurança — cumpram a metade da pena presos.

Mas há gente demais que não precisa estar encarcerada, e há outros que tinham que ficar mais tempo, mas já estão na rua.

Nós temos que tratar isso de uma forma mais inteligente. Aqui não precisamos nem tratar de uma forma ideológica: *“Um é mais garantista, o outro...”* Não! Devemos agir de forma inteligente.

Há outros tipos e sanções para aqueles que não representam perigo, violência, grave ameaça, por exemplo, quando há crimes patrimoniais sem violência, sem grave ameaça. E há outros tipos, obviamente, num universo menor.

Em conjunto com o Ministério Público, com o Poder Judiciário em São Paulo, eu, na condição de Secretário da Segurança Pública, instalei no ano passado algo que deu muito resultado em relação ao Estatuto do Torcedor. O que acontecia? Ocorria briga em estádio, ia para o juizado o torcedor, e o Juiz dava aquela proibição de 3, 4, 5, 6 meses. Eles tinham que se apresentar à delegacia 2 horas antes do jogo do seu time e lá permaneciam. Mas eles se apresentavam 2 horas depois. Isso e nada é a mesma coisa. Ocorreu que não havia fiscalização! Os poucos que compareciam, quando chegavam à delegacia, o delegado olhava e falava: *“Você*



está fazendo o que aqui?" Porque o delegado nem tinha sido avisado! Óbvio que isso não contribui.

O que nós fizemos? Primeira coisa: pedimos ao tribunal que mudasse a competência do Juizado do Torcedor, que passou a poder fazer não só a investigação disso, decretar as medidas importantes, como também de todos os crimes conexos, salvo homicídio. Montamos uma equipe específica para isso e fizemos convênio com três localidades: IML, Bombeiros — os dois ligados à própria Secretaria de Segurança — e o Instituto Lucy Montoro, que ajuda na recuperação de pessoas que têm problemas, seja por acidente, seja por doença, seja por deficiência motora. Então, quando havia briga no estádio, imediatamente o Juiz impunha a pena de prestação de serviço aqui num desses três, com fiscalização. E nós quase conseguimos, ao longo do ano, acabar com essa violência dentro dos estádios, mas, fora dos estádios, o Estatuto de Defesa do Torcedor possibilitou que se começasse a decretar prisões e que se tomassem outras medidas. Então, é possível aumentar o tempo de cumprimento de pena em crime grave — e eu insisto nisso —, porque o discurso de muitas pessoas contrárias a essa medida é que não há lugar no sistema penitenciário. É óbvio que o sistema penitenciário brasileiro é superlotado, mas não adianta ficar construindo, construindo, construindo. Nós temos que agir de forma inteligente.

“Ah, mas se as cadeias já estão superlotadas, como deixar preso por mais tempo quem praticou crime grave?” Tirando de lá quem não praticou crime grave e aplicando, e possibilitando, a esses casos uma pena restritiva, uma pena de prestação de serviço à comunidade. Isso é muito mais inteligente e muito mais simbólico para a sociedade do que levar para a cadeia uma pessoa, que, depois de 2, 3, 4 ou 5 anos da chegada do processo, nem se lembra mais de que cometeu furto.

E há outra proposta, que é polêmica. Já a discuti com os procuradores-gerais, com os presidentes dos tribunais, e a estamos adaptando, mas quero ouvir todos também. É o seguinte: dentro dessa questão da racionalização do sistema penitenciário, sugiro que se aproveite algo que veio para ficar — podemos gostar ou não, mas é uma realidade —, que é a Audiência de Custódia, para fazermos uma revolução nos sistemas processual e penitenciário de aplicação de pena no Brasil.



Como assim? Eu já antecipo que fui incentivador da Audiência de Custódia, e, no Estado de São Paulo, fui o primeiro a instalá-la. Fizemos 14 mil audiências de custódia na Capital, em 2015, e, pouco antes de eu assumir o Ministério, no dia 2 de maio, estendemos a prática para a Grande São Paulo.

É inegável que há impacto, porque é necessária a presença de juiz, de promotor, de defensor, de alguém do IML, para fazer exames 24 horas por dia, e da polícia, para levar e para ficar no fórum. Por que não aproveitar essa estrutura para acelerar o que é possível, para fazer uma espécie de tolerância zero na Justiça? O que vale mais numa cidade? Eu dou o exemplo das três primeiras audiências de custódia que ocorreram em São Paulo. Obviamente, por ser a inauguração, estavam presentes o Presidente do Tribunal, o Procurador-Geral e o Secretário de Segurança.

A primeira foi motivada por um furto de xampu. O promotor pediu, ele mesmo, a liberdade provisória. A defensora pública — e nós brincamos com ela — ficou chateada, porque o promotor antecipou-se e a pediu. A segunda audiência tratou do furto de 1 litro de cachaça. O promotor pediu a liberdade provisória de novo. Isso aconteceu na sequência. A terceira audiência foi pelo furto de 1 litro de iogurte, em que se pediu liberdade provisória. *“Ah, então pode furtar tudo?”* Não! *“E essas pessoas precisam ficar presas?”* Não. Agora, qual é a impressão inicial da Audiência de Custódia? A polícia prendeu os que cometeram furto, imediatamente eles são soltos: liberdade provisória. Na maior parte dos casos, eles não têm dinheiro para pagar a fiança, então é liberdade provisória sem fiança. E o processo vai continuar por 1, 2, 3 anos, e, até transitar em julgado, uns 5 anos.

Por que não fazer a Audiência de Custódia? Essa é a proposta que nós trazemos a esta Casa. Se o sujeito cometeu crime sem violência ou grave ameaça, chegou, ficou 24 horas e confessou, por que não possibilitar a transação penal imediata? Ou seja, ele praticou um crime sem violência, sem grave ameaça, já sai de lá com uma pena restritiva, já sai de lá com uma pena de prestação de serviço à comunidade. Vejam a diferença nos impactos econômico, judiciário e social. Impacto econômico: o processo não vai ficar rolando 2, 3, 4, 5 anos, em que a polícia intima o sujeito, ele é ouvido, aí vem o trabalho do escrivão, do delegado, vai para o promotor, para o juiz, para o cartório, para o desembargador e para o defensor



público. Impacto social, principalmente nas cidades menores e nas cidades médias que têm mais contato com isso: uma coisa é um monte de gente ser presa, ser levada à Audiência de Custódia e ter liberdade provisória; outra coisa é, em 24 horas, o sujeito já sair com uma pena restritiva, uma pena de prestação de serviço à comunidade.

Nós temos que aproveitar a estrutura que já está montada, com juiz, promotor, defensor público — e quem quiser leva, obviamente, o seu defensor constituído —, e permitir, com esse esvaziamento penitenciário e com essa diminuição do número de processos criminais, que os juízes, os promotores e a polícia possam focar o que importa. Por exemplo, se pegarmos 50 furtos de xampu em flagrante e de autoria conhecida, teremos que abrir inquérito depois da audiência de custódia, nem que seja um inquérito para fazer alguma coisa e relatar, mas tem que ter denúncia. Se nesses 50 casos imediatamente houver transação e aplicação de sanção, as equipes que estão trabalhando nesses 50 casos irão trabalhar no que realmente importa: na investigação, no combate à criminalidade organizada, na investigação de homicídios. Se nós não ousarmos, vamos continuar uma persecução penal, policial, judiciária, extremamente cartorial, extremamente burocrática, que, infelizmente — e digo infelizmente com pesar, porque na minha vida toda atuei nessa área, desde o 4º ano da faculdade, como estagiário do Ministério Público —, é uma persecução penal ineficiente. Nós temos que pegar os recursos da polícia, do Ministério Público, do Judiciário para o que importa e precisamos mostrar para a sociedade que, se o crime é leve, rapidamente — rapidamente — terá uma sanção. E, se fizer de novo, não haverá nem essa possibilidade de transação. Nós precisamos atuar de forma mais inteligente.

Há outras propostas, mas no macro, até para possibilitar as indagações, é isso que pretendemos. Estamos fechando o assunto. Faltam poucas reuniões para isso. Estamos analisando as sugestões de todas as áreas, como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Guardas Civis e entidades da sociedade civil — de todas as áreas —, para que juntos possamos combater o homicídio, a violência contra a mulher, os crimes transnacionais, o narcotráfico, o tráfico de armas, o tráfico de pessoas e racionalizar um pouco o sistema penitenciário.



Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradecemos as palavras e a exposição do Ministro Alexandre de Moraes. Sabemos da dificuldade e do desafio que encontrou o Ministério da Justiça, assim como todo o Governo Federal, até pelas suas limitações orçamentárias e financeiras, em função da grave crise econômica vivida no País. Vemos o esforço de V.Exa., já experimentado na Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, onde viveu, no dia a dia, a prática do combate ao crime, as necessidades e demandas da população em relação à Segurança Pública brasileira, à atuação das forças de segurança da Polícia Federal e da Polícia Militar e à da área técnico-científica, todas imbuídas do bem e obviamente de defender a sociedade.

Acreditamos que V.Exa., que é determinado, assim como o é o Presidente da República Michel Temer, deverá ter um Plano Nacional de Segurança Pública que realmente vá arrefecer a criminalidade e a violência e vá combater esses 52 mil homicídios que ocorrem por ano e as 58 mil mortes violentas. Essa é uma necessidade da população, que cobra de nós, seus representantes, melhorias tanto da estrutura das forças de segurança nos Estados como do investimento por parte do Governo Federal. Nós aqui somos apoiadores de V.Exa. no sentido de cobrar do Governo Federal, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e do próprio Presidente da República que enviem recursos, para que V.Exa. tenha condições efetivas de executar o Plano Nacional de Segurança Pública, que necessita de homens e mulheres, de efetivo, de equipamentos e, acima de tudo, de recurso, de condições financeiras e orçamentárias, para ser executado.

Eu queria agradecê-lo pela exposição e pela deferência conosco de vir à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Neste momento, concedo a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Laerte Bessa, do Distrito Federal, para iniciar a fase de debates.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Boa tarde a todos! Eu queria agradecer o Presidente da Comissão de Segurança Pública e o Deputado Alexandre Baldy pela oportunidade de, através da Comissão, executar esta audiência, que é muito importante para a Segurança Pública do Distrito Federal, principalmente para Polícia Civil do Distrito Federal. (*Palmas.*)



Quero cumprimentar o Ministro Alexandre de Moraes, a quem agradeço a presença e a excelente exposição que fez sobre o Plano Nacional de Segurança Pública. O Ministro Alexandre de Moraes coordenou recentemente uma reunião, de que participaram vários segmentos da nossa sociedade, inclusive membros dos três Poderes do nosso País, e onde foi apresentado o Plano Nacional de Segurança Pública. E eu tive a honra de participar dessa reunião no Itamaraty. Ele nos deu uma aula do que realmente está acontecendo no País, colocou-nos a par de tudo o que nos espera a partir desse Plano e falou das regulamentações e dos propósitos do Governo para a Segurança Pública.

Cumprimento também o Deputado Izalci Lucas, que é Coordenador da nossa bancada aqui no Distrito Federal, os Deputados, os policiais civis, representados pelo Sindicato dos Delegados e pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, e as Associações do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar aqui presentes.

Gostaria de dizer que esta reunião, este encontro, este debate que hoje estamos iniciando trata de uma situação desesperadora por que o Distrito Federal tem passado nos últimos anos. Nós todos sabemos que a segurança do Distrito Federal está abandonada já há alguns anos. Chegamos ao cúmulo de as três instituições, que representam a Segurança Pública do Distrito Federal, entrarem em operação-padrão, que trata de trabalhar o justificado, de trabalhar o que está na lei. Todos nós sabemos, Alexandre Baldy, que, para a polícia funcionar, ela tem que trabalhar fora da lei. E sabemos muito bem que todas as polícias do nosso País trabalham fora da lei, porque só assim, Ministro, funciona a nossa Segurança Pública. *(Palmas.)*

E, quando as polícias se propõem a trabalhar dentro da lei, é um caos. Infelizmente, é um caos. Aí, temos que responsabilizar os entes públicos, os governantes, as leis. Como V.Exa. falou, a legislação está totalmente deteriorada. Precisamos reformular urgentemente a Lei de Execução Penal, porque, como o próprio Ministro disse, um bandido que pratica uma explosão para furtar uma agência bancária recebe uma pena mínima e, com um sexto da pena cumprida, já está na rua. A mesma pena vai para o caso de um furto subsidiário, como o de uma cesta básica, conforme exemplificou o Ministro.



Então, nós temos que mudar a conscientização dos governantes desta Casa para trabalharmos uma modificação da nossa legislação, que está totalmente afastada de qualquer situação da realidade do nosso País, haja vista esse instrumento que visa a soltar o bandido, que é a Audiência de Custódia. Isso realmente está acabando com o fortalecimento das nossas polícias. Enquanto nossos policiais estão prendendo os bandidos, a Justiça se reúne nas Audiências de Custódia para soltá-los. Isso é um abuso muito grande! Graças a Deus, já estamos com um projeto dentro da Casa para suprimir isso de nossa legislação.

Mas a nossa audiência é basicamente para tratar da federalização da nossa Polícia Civil. Nós não temos mais alternativa a não ser a federalização da Polícia Civil. (*Palmas.*) Temos que estudar também a federalização da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, mesmo porque são instituições pertencentes à Segurança Pública e que também cuidam da segurança da Capital, o Distrito Federal, onde não podemos deixar a situação continuar, principalmente pelo desgoverno que lá está acontecendo há alguns anos.

Gostaria de participar ao Ministro e ao Presidente da Comissão, o Deputado Alexandre Baldy, um breve histórico que todos os policiais já conhecem muito bem, de cor e salteado, e que foi passado também para o Ministro. Tenho certeza de que o Ministro está aqui hoje para entender a atual situação do Distrito Federal.

A história da Polícia Civil do Distrito Federal remonta à criação da Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, de 1808, quando da transmigração da família real portuguesa para o Brasil. Naquele ano, nascia, no bojo da inteligência geral, o embrião do que mais tarde seria a Polícia Civil do Distrito Federal, modelo para as demais polícias judiciárias do País.

Proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, a cidade do Rio de Janeiro, ex-Capital do Império, passou a denominar-se Distrito Federal. A Lei nº 947, de 1902, autorizou o Governo a criar a Polícia Civil do Distrito Federal. Essa lei e outras complementares, além de darem à polícia a sua primeira grande estrutura, influenciaram todas as regularizações posteriores. Então, a nossa Polícia Civil já foi criada nessa data.

Em 1944, a Polícia Civil do Distrito Federal passa a denominar-se Departamento Federal de Segurança Pública, artifício legal para poderem estender



suas atribuições a todo o território nacional no tocante à Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras e à Polícia Política e Social. Entretanto, a mesma instituição continua a exercer com prioridade as atividades das polícias judiciárias e demais serviços de segurança pública no território do Distrito Federal. Então, com esse Departamento Federal de Segurança Pública, foi criada a nossa Polícia Federal. Quando dizemos que somos irmãos, é por causa desse Departamento Federal de Segurança Pública, que nasceu da Polícia Civil do Distrito Federal, quando este ainda era no Rio de Janeiro. Com a transferência da Capital para Brasília, em 1960, o Departamento Federal de Segurança Pública voltou-se à segurança da nova Capital, onde surgiu a GEB — Guarda Especial de Brasília, que todo mundo conhece e que foi a primeira polícia do nosso Distrito Federal.

Já em 1964, com o advento da Lei nº 4.483, de 1964, que “reorganiza o Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências”, ficou estabelecido, no parágrafo único do art. 15, que:

“Art. 15

Parágrafo único. A partir de 31 de janeiro de 1966, a Polícia do Distrito Federal integrará a Secretaria de Segurança Pública do mesmo Distrito e terá definida, por decreto do Poder Executivo da República, a sua subordinação administrativa”.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que, no art. 8º da Lei nº 4.483, estabeleceu-se que legislação própria disciplinaria o Regimento Jurídico Único de Pessoal Federal da Segurança Pública, quando nasceu a Lei nº 4.878, de 1965, pela qual nós somos regidos. Todos sabemos que a Polícia Civil e a Polícia Federal são regidas pela Lei nº 4.878, de 1965. Realmente ela rege as duas instituições. Essa é mais uma prova de que nós somos federais de nascimento, coordenados e mantidos pela União.

Dando continuidade a esse processo de estruturação, em 1967, foi editado o Decreto-Lei nº 315, de 1967, que “organiza a Secretaria de Segurança Pública da Prefeitura do Distrito Federal”, subdividindo a Polícia Civil do Distrito Federal em diversos órgãos. Essa subdivisão constituiu o passo inicial para a formação do atual modelo, composto pelas atividades de polícia judiciária e de investigação criminal, a



cargo da Polícia Civil do Distrito Federal. Nesse instante então, já a partir de 1967, a polícia investigativa foi criada.

Quanto ao regramento, cumpre informar que, a partir de 1988, nós fomos lançados na Constituição Federal, no art. 144, que estabeleceu que a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, as Polícias Civis, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares estavam institucionalizados pela Constituição Federal. A partir daí, criou-se no artigo que fala das competências da União:

“Art. 21

XIV - organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio”.

O Fundo Constitucional do Distrito Federal foi criado pela Lei nº 10.633, no final de 2002 — todo mundo a conhece —, que é a Lei do Fundo Constitucional. No seu início, ele era coordenado pelo TCU e, posteriormente, foi repassado ao Distrito Federal. Mas até hoje, Sr. Ministro, não há uma lei que realmente identifique o Distrito Federal como o gestor oficial do seu Fundo Constitucional.

O art. 32 da Constituição Federal diz:

“Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos (...).

§ 4º Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros (...).”.

Também não foi regulamentada essa lei, que dá poder ao Distrito Federal para organizar a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar. Não existe essa lei. Ela até hoje não foi votada aqui no Congresso Nacional para dar poder ao



Governo do Distrito Federal para organizar sua Polícia Civil ou mesmo gerir as duas polícias mais o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Isso exposto, Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu queria analisar dois pontos importantes, que observamos nas nossas andanças e também ao vasculhar os projetos, os processos e até mesmo as legislações que houve em todos esses anos.

O Governo do Distrito Federal apossou-se, de forma inadequada, dos nossos segmentos da Segurança Pública, motivo pelo qual nós entendemos que não haja nenhum problema em o Governo Federal e o Ministério da Justiça resgatarem de volta nossas instituições, principalmente a Polícia Civil do Distrito Federal. *(Palmas.)*

Para encerrar, eu queria citar a Súmula Vinculante nº 39, do Supremo Tribunal Federal: *“Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal”*.

Sr. Ministro, nós estamos passando por dificuldades muito grandes aqui no Distrito Federal, como eu já antecipei a V.Exa. lá no gabinete do Deputado Alexandre Baldy, na Comissão de Segurança Pública. O Distrito Federal está um caos por causa da má gestão. O Governo do Distrito Federal não tem nenhuma preocupação com a Segurança Pública. A Polícia Civil está num movimento paredista há muito tempo, e ela tem o direito de ser equiparada à Polícia Federal. V.Exa. ainda questionou o salário da Polícia Civil, e eu disse simplesmente uma polícia valorizada como é a Polícia Federal, e os nossos salários são equivalentes.

Nós temos que atentar para o fato de que hoje, em recente pesquisa, a Polícia Federal foi considerada a instituição número 1 do Brasil, e a Polícia Civil ficou em terceiro lugar, apesar de hoje estar sucateada. Mas digo aos senhores, que não conhecem ainda o que foi e o que representa a Polícia Civil do Distrito Federal para a Capital da República, que, nas duas décadas passadas, nós fomos considerados a instituição número 1 da América Latina. Sr. Presidente, nós fomos considerados a melhor Polícia Civil da América Latina, mas hoje está totalmente sucateada pela má gestão de um Governo que não reconhece o direito da Polícia Civil aqui no Distrito Federal.

O movimento da Polícia Civil chegou ao conhecimento do Presidente da República, e esse foi um dos motivos pelos quais nós abrimos esta audiência



pública. Em conversa com o Presidente da República, quando falei da federalização da Polícia Civil, ele me disse: *“Bessa, por que você não convoca todos os segmentos para uma audiência pública, onde vocês debatem, e me traga o relatório desse debate, para que nós possamos discutir no âmbito da Presidência da República?”* Mesmo porque o Presidente da República tem conhecimento do que a Polícia Civil representa hoje para o País.

Então, nós estamos iniciando hoje este debate, cuja peça principal, claro, é o Ministro Alexandre de Moraes, que está presente. Nós temos certeza de que S.Exa. vai incorporá-lo e nos ajudar a debater este assunto, para que nós possamos, ao final, achar uma saída para a situação atual do Distrito Federal que não pode continuar, haja vista o que aconteceu antes de ontem aqui, na porta dos três Poderes, quando os vândalos depredaram vários Ministérios, incendiaram carros e agrediram policiais. E ficou por isso mesmo, porque a Segurança Pública do Distrito Federal não funciona, virou as costas para o Governo Federal e simplesmente deixou todo o Distrito Federal à mercê daquela bagunça, daquela retaliação por parte de segmentos, que vêm aqui simplesmente para usar politicamente de alguns ideais já ultrapassados e retirados do Governo que passou. Eles infelizmente não aceitaram a derrota que foi dada pela Justiça brasileira, no último *impeachment* que aconteceu na nossa Capital, representando todo o nosso País.

Então, queria passar isso para os senhores e dizer que este início de debate será o futuro da nossa segurança, em especial o da Polícia Civil do Distrito Federal, que não pode continuar na situação em que se encontra hoje.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço as palavras do Deputado Laerte Bessa e, como Presidente desta Comissão de Segurança, registro a luta de V.Exa. pela melhoria das forças de segurança aqui do Distrito Federal, seja da Polícia Civil, seja da Polícia Militar, obviamente para que tenhamos condições de dar mais segurança à população do Distrito Federal.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim, para falar pela liderança do PTN, pelo tempo de 9 minutos. Informo a V.Exa. ainda, que ao Deputado Laerte Bessa foi concedido um tempo prolongado por ser autor do



requerimento. Espero que V.Exa. tenha sapiência com relação à utilização do tempo, para que nós possamos cumprir a nossa agenda.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Vou falar também pela Vice-Liderança do Governo, Deputado. Rapidamente, agradeço a presença do Ministro e do Deputado Bessa. É importante essa reivindicação das Polícias Civil, Militar e dos Bombeiros. Recebi hoje uma informação de que este é o Ministro melhor avaliado deste Governo. *(Palmas.)* É o Ministro melhor avaliado em pesquisa. E, apesar de toda a dificuldade que a Segurança Pública vem passando, ele está sendo chamado até de “Alexandre de Moraes Trabalho”, pois ele trabalha praticamente 20 horas, dia e noite, pelo País.

Sr. Ministro, em Tocantins, onde também representamos a Segurança Pública, e no Brasil, estamos precisando desse projeto de V.Exa. no que se refere a aproveitar esses técnicos, esses profissionais das Polícias Civil, Militar e dos Bombeiros, para, quando passarem para a reserva, poderem trabalhar para o Brasil. Eu tenho certeza de que, com a experiência de V.Exa., com o apoio que tem aqui de toda a bancada do PTN e de diversos partidos, V.Exa. poderá, também com o apoio desta Comissão de que faço parte, transformar a Segurança Pública do País.

Estamos aqui na Casa para apoiar a iniciativa de interesse do Brasil, não esquecendo o meu Tocantins e o meu Distrito Federal, onde a minha mãe mora e pelo qual sou apaixonado.

Era o que tinha a registrar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço ao Deputado Carlos Henrique Gaguim, que falou inclusive pela Liderança do Governo.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado Izalci, do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS - Obrigado, Presidente. Peço a V.Exa. que adicione o tempo de Liderança do PSDB.

Inicialmente, quero saudar o Ministro e parabenizá-lo pela atuação. Como foi dito aqui pelo nosso colega Gaguim, S.Exa. tem feito um trabalho excepcional e merece todo o nosso respeito e apoio. Quero saudar e ao mesmo tempo



parabenizar o nosso colega Laerte Bessa, um defensor nato que dá a vida pela Polícia Civil e por essa iniciativa. Ministro, realmente a Polícia Civil sempre foi e continua sendo um orgulho para todos nós aqui do Distrito Federal. *(Palmas.)*

E quero fazer aqui algumas considerações. Em primeiro lugar, Ministro, o que nos levou a esta audiência pública e a este posicionamento nos últimos dias, nos últimos meses, foi a questão da paridade da Polícia Civil com a Polícia Federal.

Como o nosso colega Deputado Laerte Bessa colocou, quanto à Polícia Civil, a legislação é a mesma, por se tratar do Distrito Federal quando ainda no Rio de Janeiro.

Quando se criou a Polícia Civil do Distrito Federal em Brasília, foi inclusive oferecida a todos os servidores da Polícia Civil a opção de ir para a Polícia Federal. Então, nasceram juntas, é a mesma legislação. E hoje está havendo algumas distorções, como V.Exa. deve estar acompanhando. Nós já tivemos casos aqui em que não foi dado reajuste à Polícia Federal exatamente porque a Polícia Civil estava ganhando um valor superior.

Agora, inverteu-se. A Polícia Federal, que merece o nosso respeito, é uma instituição bastante respeitada no País, acaba de conquistar o reajuste, e nós o apoiamos nesta Comissão. Mas, diferentemente do que ocorre com a Polícia Federal, nós não estamos encontrando no Governo a mesma disposição e condições de fazer a paridade da Polícia Civil com a Polícia Federal. Este é o motivo principal da reivindicação hoje.

Diante disto, na base, eu quero fazer algumas considerações, Deputado Laerte, que são importantes para a população e também para as pessoas entenderem um pouco a situação do Distrito Federal.

O Distrito Federal foi criado para ter 500 mil pessoas, para ser uma cidade capital, uma cidade administrativa. Portanto, tudo era dependente do Governo Federal: o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. Todos eram e ainda são bancados, financiados pelo Governo Federal. Nós também tivemos a questão do Fundo Constitucional. Mas o que aconteceu? Nós ganhamos autonomia política, mas esquecemos que teríamos também algumas mudanças, para ficarmos mais ou menos parecidos com os Estados.



Acontece que o Distrito Federal foi crescendo. Hoje nós somos a terceira maior cidade do País. Nós ultrapassamos Salvador e já tínhamos ultrapassado Belo Horizonte. Mas a área do desenvolvimento econômico, por exemplo, que é a geradora de impostos, de receita, não acompanhou esse crescimento. O Deputado Baldy é de Goiás, foi Secretário de Desenvolvimento Econômico, e sabe disso.

Nós estamos travando agora uma guerra muito grande no Distrito Federal que é exatamente a guerra fiscal. O Ministério Público nosso, que é vinculado à União, não é vinculado ao Distrito Federal, e não tem tomado o cuidado de verificar o que está acontecendo nos Estados.

Hoje, o Distrito Federal sofre com a guerra fiscal. Já perdemos, neste ano, mais de 8 mil empresas, perdemos mais de 500 milhões de receita. Por quê? Porque há 26 Unidades da Federação que fazem incentivo fiscal, e o Ministério Público simplesmente não faz nada.

Todos os incentivos que foram feitos no Distrito Federal estão sendo questionados na Justiça, no Supremo Tribunal Federal. Por quê? Porque o Ministério Público nosso não é vinculado ao Distrito Federal, é vinculado à União. A mesma coisa ocorre com o Tribunal de Justiça e outros órgãos.

Então, hoje existem algumas distorções com relação ao Distrito Federal, que é uma região metropolitana. Nós temos quase 3 milhões de habitantes, sem contar o Entorno. Com ele, vamos para 6 milhões de habitantes. E não temos essas questões que estão sendo levantadas na área de desenvolvimento econômico e outras que nós estamos discutindo. Aí vem este tema da segurança pública. Como vamos federalizar a segurança pública? Não vou entrar no mérito, se sou favorável ou não, mas como faz o Governo para assegurar as questões do Recanto das Emas e da Ceilândia? A Ceilândia hoje tem 600 mil habitantes e não tem nenhuma autonomia.

Na área do desenvolvimento econômico, nós estamos também fazendo audiência pública para questionar esses aspectos. Mas existe uma distorção aqui no Distrito Federal, que não é mais apenas a Capital da República. Nós temos uma cidade grande, é a terceira do País, como eu disse, cheia de problemas. E, infelizmente, o nosso Governo do Distrito Federal há anos não se atenta para isso. Uma cidade como a nossa não é apenas a Capital. Nós não temos hoje indústria



nenhuma. Não temos poder econômico nenhum. Ficamos dependentes do Governo Federal. Então, há essas distorções.

Na área da polícia civil é a mesma coisa. Nós precisamos encontrar uma solução para isso. É evidente que a grande reivindicação aqui é a paridade com a Polícia Federal, até porque todos eles poderiam estar hoje na Polícia Federal. Não estão, porque fizeram a opção de morar em Brasília, de defender os interesses do Distrito Federal e manter suas famílias aqui. Há agora essa disparidade muito grande. Nós temos que buscar um entendimento e uma forma de lhes dar o que eles merecem, nosso respeito, mas também as condições de qualidade de vida, que é necessária a todo policial civil. *(Palmas.)*

Parabéns a todos! E parabéns ao nosso querido Deputado Laerte, que realmente é o grande defensor da Polícia Civil do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado, Deputado Izalci. Eu o parabenizo pelas palavras. V.Exa. também é um enorme lutador do Distrito Federal.

Queria passar a palavra ao Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)* O Deputado não se encontra.

Eu passo a palavra ao Deputado Silas Freire.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, Deputado Alexandre Baldy; Deputado correligionário Laerte Bessa, autor desta proposição; eu vou me ater aos problemas dos Estados brasileiros, aproveitando a presença do Ministro Alexandre de Moraes.

Sr. Ministro, destacando a segurança pública, nós somos defensores da criação do Ministério da Segurança Pública, para poder vincular as políticas estaduais à federal. Essa é a grande realidade. *(Palmas.)*

Nós defendemos também a praticidade e o funcionamento do Fundo Nacional de Segurança Pública. Não se faz segurança sem dinheiro. Pode-se trabalhar 30 horas por dia, mas se esbarra na falta de estrutura.

Eu acho que nós estamos tendo uma grande oportunidade, porque o Senado está discutindo a legalização dos jogos. E nós poderíamos criar uma vinculação dessa legalização, dessa arrecadação que o Brasil vai ter com a segurança pública,



com o Fundo, porque trará, sim, recursos para o País; trará, sim, desenvolvimento para as áreas; mas trará problemas de segurança pública.

Os *royalties* do petróleo não deixam uma indenização, por conta dos danos causados? Eu tenho até um projeto nesta Casa que destina parte dos *royalties* do petróleo, bem menor do que a da educação e a da saúde, para a segurança. E com a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, à qual eu fui contrário, mas que já passou também no Senado, com a necessidade de se congelar gastos, nós temos que buscar uma fonte. Sr. Ministro, a legalização dos jogos poderia ser uma saída com um percentual, Deputado Alexandre Baldy, direto para a segurança pública.

Sr. Ministro, eu quero falar mesmo é da situação emergencial que vive o meu Estado, o Piauí. Eu mandei para V.Exa., protocolei um expediente, em que peço que se declare situação de emergência no Estado. Quando eu cheguei, V.Exa. estava falando do plano de segurança, falando inclusive de roubo a banco. Eu já peguei a carruagem andando. Eu vou passar novamente às suas mãos o nosso documento.

Nós vivemos no Piauí uma epidemia de estouros de caixas eletrônicos, Sr. Ministro. Nós somos um Estado pequeno. Imagine uma agência bancária recebendo explosivos durante a noite numa cidade de sete mil habitantes: o povo não dorme mais! São cinco estouros de caixas eletrônicos por semana no Piauí.

Ontem, em Floriano, a quinta cidade do Estado, onde eu sou o Deputado Federal mais votado, eles esperaram a polícia no aeroporto da cidade com explosivos. Atentaram contra a polícia e explodiram o carro-forte.

Nós queríamos pedir a V.Exa. — nesse documento eu estou pedindo isto — que de ofício nos ajude nessa situação emergencial. V.Exa. disse que nós prendemos mal. Mas nós prendemos mal, porque nossas polícias estaduais são deficitárias na inteligência. V.Exa. sabe que a inteligência e a polícia científica são necessárias para prender bem, para amarrar as provas. No caso do ladrão de xampu, de uísque, não são necessárias. Mas, para prender essas quadrilhas, para mais tarde não estarem nas ruas, a polícia científica e a inteligência são importantíssimas.

E quando vejo a Polícia Federal, num trabalho fantástico, fabuloso, bonito, orgulhoso, desvendar aquela quadrilha do ENEM, eu peço o seu auxílio. Eu peço



que a Polícia Federal auxilie o Piauí pelo menos a descobrir de onde vêm esses explosivos. Alguém está fornecendo esses explosivos. Se a inteligência da Polícia Federal nos ajudar a descobrir de onde vêm esses explosivos, nós vamos chegar a quem está comprando os explosivos, quem são essas quadrilhas que estão aterrorizando o meu Estado. Eu estou fazendo um apelo a V.Exa. em nome da população do meu Estado do Piauí, que está aterrorizada.

No mais, eu parabenizo o trabalho de V.Exa. Quero dizer que pode contar conosco aqui na Câmara principalmente para buscar recursos para a segurança. Segurança sem recurso não adianta.

Sr. Presidente, Deputado Baldy, a aprovação dos jogos no Brasil é uma saída para a segurança. Nós que trabalhamos nesta Comissão temos que exigir um percentual definitivo para a segurança pública deste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Até porque vai precisar. Obrigado, Deputado Silas Freire.

Eu passo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizo pelas tratativas o Ministro da Justiça.

Parabéns, Deputado Laerte Bessa! V.Exa. sempre representa bem os seus colegas da Polícia Civil do Distrito Federal.

Parabenizo também o Deputado Izalci Lucas.

O nosso Ministro da Justiça é muito solícito. Eu me recordo que, com menos de 1 mês de Governo, ele já recebeu a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado no Ministério. E mais uma vez, prontamente, vem aqui para ouvir um pouquinho a população.

Parabéns, Ministro, por essa atitude democrática!

Eu aproveito o ensejo para perguntar a V.Exa. como anda aquela ideia inicial de reverter as armas apreendidas pela polícia para a polícia. Será enviado para esta Casa um projeto de lei? Muito me animou esse projeto, até porque eu e o Deputado Major Olímpio temos a pretensão de instaurar a CPI da Taurus (*palmas*), para verificar a qualidade do armamento que o nosso policial, principalmente, usa aqui.



A sociedade, Deputado Laerte Bessa, às vezes não sabe, mas está sendo abordada por um policial que, se fizer um disparo acidental, não vai contar com os direitos humanos para lhe fornecer advogado e o defender. Então, é preciso acabar com esse monopólio e colocar armamento de qualidade para as nossas polícias. *(Palmas.)*

Sr. Ministro, tenho uma rápida pergunta também com relação aos agentes penitenciários e à Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004. Eu sei que o Governo anterior era contrário a essa ideia, e que os agentes penitenciários estão em tratativas com a Casa Civil para fornecer um substitutivo à matéria — quero crer que contará com apoio de V.Exa. —, a fim de que possam fazer trabalhos como, por exemplo, transferir presos, levá-los a audiências, colocar escutas telefônicas dentro dos presídios, enfim. Este é um assunto em que estou apenas dando uma pincelada aqui e que, com certeza, pretendo aprofundar mais adiante com V.Exa.

O tempo é curto, está acabando. V.Exa. pode me dar mais 1 minuto, Sr. Presidente, só para eu concluir, pois 3 minutos é muito pouco?

Quanto à Lei Orgânica de Segurança Pública, nós tivemos na Câmara dos Deputados uma Comissão Especial para tratar do assunto. Eu sou o Sub-Relator da parte da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Não tivemos tempo, na Comissão, para fazer as audiências públicas para que os órgãos representantes dessas classes fizessem sugestões ao projeto. Então, depois eu também gostaria de tratar com V.Exa. para ver se nos recebe em uma audiência junto com a Federação Nacional dos Policiais Federais — FENAPEF e as associações de delegados e peritos, a fim de que possamos construir bem um projeto de lei nesse sentido, que tem que ser de autoria do Poder Executivo, senão estaremos incorrendo em vício de iniciativa.

Finalizo, neste minuto que falta, que o Presidente vai me dar, falando das questões dos policiais civis, principalmente, mas também dos policiais militares. Já que eles apoiam a causa da federalização da segurança pública do Distrito Federal, nada mais justo que nós fazermos valer a voz do povo. Sei que o receio deles é com relação ao parcelamento do salário. Espero que fique bem feita a lição, que os senhores devem ter aprendido com relação a Agnelo Queiroz, no Distrito Federal, e também a Tarso Genro, no Rio Grande do Sul. Foi só Tarso Genro sair que



começou o parcelamento de salário da polícia lá. E, agora, no Estado do Rio de Janeiro também. O ex-Governador Sérgio Cabral é muito próximo de Dilma, e lá começam agora a atrasar o salário dos servidores. É porque o pessoal socialista é muito “desantenido” da economia, acha que dinheiro dá em árvore.

Pois bem, Sr. Presidente, queria aqui contar com o apoio do Ministro da Justiça nessa causa da federalização, para, nada mais justo, assegurar o salário desses profissionais.

Presidente Bessa... Já estou até confundindo. Não seria um mau Presidente, seria um excelente Presidente. Deputado Laerte Bessa, mais uma vez, pode contar com este soldado nas tratativas com o Governo Federal para levar adiante essa ideia e garantir que esses profissionais trabalhem estimulados, porque, se não houver segurança pública, nem trabalhar em paz nós conseguiremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Passo a palavra ao Deputado Ezequiel Fonseca.

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL FONSECA - Muito boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Alexandre Baldy. Cumprimento também o eminente Deputado Laerte Bessa e o nosso grande Ministro Alexandre de Moraes.

Quero parabenizar o Deputado Laerte e dizer que também me coloco à disposição para, junto, ajudar na importante causa da federalização da Polícia Civil.

É necessário também o trabalho de desburocratização da Justiça, como falado pelo nosso Ministro, para que possamos acelerar e tirar um monte de processos que muitas vezes são infundáveis, demoram demais, e podem ser resolvidos. Então, foi muito bem colocado esse projeto.

Eu queria, rapidamente, lembrar que sou do Estado de Mato Grosso, bem na divisa com a Bolívia. Sr. Ministro, V.Exa. sabe o que temos passado lá. Tivemos várias operações, como a Operação Ágata 1 e Ágata 2, que têm nos ajudado, mas há um grave problema ali, porque estamos bem na divisa.

Na região de Cáceres, temos 28 Municípios fronteiriços com a Bolívia. E lá há todos os problemas possíveis, a entrada de drogas e de armas. A juventude está se



perdendo ali, são as mulas, porque atravessam com drogas. E, nos últimos tempos, a situação piorou demais.

Eu fiquei aqui hoje exatamente para falar sobre a nossa preocupação. Gosto quando V.Exa. fala de um projeto nacional e da segurança na fronteira. Mas também quero colocar que na BR-70, que liga Cuiabá à Bolívia — é uma distância de 300 quilômetros —, há um posto da Polícia Rodoviária Federal. Eu recebi hoje um abaixo-assinado, que já deixei na mão do seu Secretário de Gabinete Flávio, pedindo que aquele posto da Polícia Rodoviária Federal não seja desativado. Ali é um corredor por onde passa droga, com certeza, quase todo dia. E esse posto, lá no quilômetro 120, precisa ser mantido.

Por isso, eu fiquei nesta audiência, e agradeço ao Presente Alexandre Baldy, a fim de fazer esta reivindicação para Mato Grosso e dizer da importância de se manter esse posto da Polícia Rodoviária, na BR-70, que liga Cuiabá à cidade de Cáceres.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço ao Deputado Ezequiel Fonseca.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Ministro, para que possa falar sobre os posicionamentos e questionamentos dos Srs. Deputados.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou ser extremamente rápido. Também vou dar uma passada geral pelos questionamentos.

Em relação à questão principal, que garantiu o quórum desta audiência, ela é extremamente complexa. Eu sou muito franco. A Constituição é clara quando diz que o comandante da Polícia Civil do Distrito Federal é o Governador do Distrito Federal.

O art. 144, § 6º, é muito claro e não se refere só aos Estados. Ele fala que as Polícias Militares e a Polícia Civil subordinam-se aos Governadores do Estado e do Distrito Federal. Há um hibridismo, e o Deputado Laerte Bessa o coloca com propriedade, em virtude do art. 21, que dispõe que a manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal é da União. Então, fica aquela questão: um mantém, e o outro manda, comanda.



Este é um problema que se repete — ele foi citado aqui pelo Deputado — em relação ao Ministério Público e ao Poder Judiciário do Distrito Federal. Também é a União que os mantém. Há dois incisos, logo na sequência do art. 21, o inciso XIII, sobre o Ministério Público e o Poder Judiciário, e o inciso XIV, sobre a polícia. Da mesma forma, a União os mantém, mas a União não tem comando, tanto que quem escolhe a lista tríplice para o Procurador-Geral de Justiça é o próprio Governador do Distrito Federal.

Esse hibridismo tem que ser discutido. Acho que é importante, até pelas razões históricas. O que o Deputado Laerte Bessa colocou tem que ser discutido em todos esses aspectos, inclusive a importância da audiência pública. Mas obviamente nós vemos que qualquer alteração, principalmente em relação ao comando da Polícia Civil, é de ordem constitucional, não só legal, e mesmo assim nós temos que analisar a questão da cláusula federativa, se isso eventualmente não feriria a cláusula federativa.

Sobre todos esses pontos o Ministério está absolutamente aberto para discutir. Inclusive já havia pedido o histórico do pessoal da Secretaria de Assuntos Legislativos — SAL, do Ministério, porque é uma questão que, como disse, salvo engano, o Deputado Izalci, também do ponto de vista prático deve ser discutida. O Distrito Federal não é só, vamos dizer assim, a Esplanada dos Ministérios e o Entorno.

Apesar de a Constituição vedar a divisão do Distrito Federal em Municípios, talvez isso também deva ser discutido, porque hoje existem verdadeiros Municípios no Distrito Federal, só que são Municípios sem Prefeito. Municípios sem a possibilidade de uma representação popular escolhida acabam ficando também no Governo do Distrito Federal.

O modelo parece que envelheceu. Apesar de ser de 1988, esse modelo foi olhando para trás na questão do Distrito Federal. O modelo parece que envelheceu, porque cresceu muito mesmo o Distrito Federal, e a tendência é continuar se desenvolvendo. Então, pode ser até um pouco maior a análise não só dessa questão, mas também do próprio modelo em relação ao Distrito Federal.

A respeito da questão de Tocantins, que o Deputado Carlos Henrique Gaguim colocou, nós já havíamos conversado. Estamos encaminhando essa possibilidade. É



importante que todos os Estados também tenham essa chance. Então, o que pode valer para a União deve valer para todos os Estados, logicamente.

Quanto ao Deputado Izalci, eu já citei a questão do novo modelo por causa do gigantismo do Distrito Federal. Realmente, esse gigantismo necessita até de uma análise não só na área de segurança, mas talvez também na área geral.

O Deputado Silas Freire não se encontra, mas com relação à questão que levantou, vejam como está hoje o tripé do desenvolvimento mundial. E isso não sou eu que estou inventando, não sou eu que estou falando. Há décadas a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, as organizações internacionais e os países em desenvolvimento apontam, inclusive como exigências para financiamento, exigências para cooperação, a necessidade de se olhar prioritariamente um tripé, educação, saúde e segurança. Há 30 anos não havia um tripé, mas foi o modelo que a Constituição de 1988 seguiu. Há 30 anos havia um binômio, educação e saúde. E a nossa Constituição refletiu isso, vinculando verbas para a educação e, na sequência, por emenda, para a saúde. Isso mudou, mas nós não mudamos. Isso mudou porque se verificou que não adiantava só saúde e educação. Era necessária também a segurança, até porque, quanto melhor a segurança de um País, há reflexo nos investimentos em educação e saúde, isso está absolutamente relacionado.

Imaginem 58 mil mortes violentas que ocorrem no Brasil. Elas não são mortes instantâneas. A vítima é levada para o hospital, onde fica na UTI. Há o custo disso. Nas inúmeras tentativas de latrocínio também o impacto é muito grande. Então, os organismos internacionais logo perceberam isso. É lógico: o melhor investimento para a segurança, para o futuro é a educação? Sim. Agora, enquanto as novas gerações não são educadas, como é que nós ficamos? Como fica a atual geração? Como ficam os nossos filhos?

O mundo todo percebeu que isso tem que andar paralelamente. E o Brasil, por uma série de problemas políticos que se refletiram na segurança, foi ignorando a segurança. O Brasil confunde, desde 1988, com a Constituição, autoridade com autoritarismo. Não se pode exercer a autoridade no Brasil, pois ela é confundida com autoritarismo. Quem exerce a autoridade é chamado de fascista, é julgado por desrespeitar os direitos dos outros. A autoridade é necessária em um Estado. Isso nem de perto é discutido. Por exemplo, na Inglaterra, não importa se é o Partido



Conservador, se é o Partido Trabalhista, se é o Partido Liberal, que, já faz tempo, não ganha a eleição — não importa! Segurança é autoridade, e nós estamos falando da Inglaterra. Não importa, nos Estados Unidos, se é o Partido Republicano ou o Partido Democrata. Segurança é investimento em autoridade, é respeito.

No Brasil, nós confundimos autoridade com autoritarismo, confundimos segurança pública com ditadura. Tudo que é segurança pública é ligado a um regime não democrático. Não existe isso em nenhum País do mundo! Nenhum país desenvolvido perde tempo com esse pensamento, porque sabe da necessidade de se garantir a segurança pública — o Deputado Bolsonaro disse isso —, para que as pessoas possam trabalhar, para que as pessoas possam estudar.

A segurança pública, os agentes de segurança pública garantem a tranquilidade de todos, não importa a ideologia da pessoa. A segurança de todos é garantida. Agora, para garantir a segurança de todos e para que o sistema de segurança pública funcione, há necessidade de investimentos. Não vou particularizar essas ideias deturpadas que vêm seguindo o Brasil há 30 anos. Mas alguns Estados não realizam concurso público para a Polícia Militar há 12, 13 anos. Em outros Estados, concurso público para a Polícia Civil não é realizado há 9 anos. Como fazer segurança pública se não há renovação? A população vai crescendo, os problemas vão aumentando, e o efetivo vai diminuindo. E, ainda, vem a crítica de que não se resolve tal porcentagem. No entanto, não se compara o efetivo de policiais — 1 policial para cada 100 mil habitantes — de 20, 30 anos atrás com o que temos hoje.

Eu sei da condição da União e de todos os Estados e Municípios, estamos numa crise econômica muito grande, mas há necessidade de se priorizar a segurança pública. Os Estados também precisam priorizar a segurança. A maioria deles não a prioriza, alegando que há pouco dinheiro. Mas o Governo Federal é obrigado a destinar um percentual da receita para educação e saúde. Em terceiro lugar temos que priorizar, se quisermos o desenvolvimento, o quê? Segurança.

Nós estamos discutindo com o Presidente Michel Temer a possibilidade de fazer algumas alterações, tanto no Fundo Nacional de Segurança Pública — FNSP quanto no Fundo Penitenciário — FUNPEN, para cumprir efetivamente o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao descontingenciamento e



ajudar os Estados. O Estado que quiser ser auxiliado, eu digo, tem que ser auxiliado, tem que haver uma cooperação. A União vai investir, e nós vamos fazer um plano conjunto. Agora, porque, por muito tempo, alguns Estados assim o fizeram, cada vez que a União ajuda, o Estado diz: *"Ah, já que está ajudando com 50 milhões, eu tiro os 50 milhões do orçamento para a segurança"*. Não! É uma regra.

Em relação a essa regra que nós estamos propondo e analisando, o Estado que quiser receber investimentos tem que participar e cooperar; tem que, no mínimo, manter sempre os investimentos do ano anterior. E, se for possível, se houver aumento de arrecadação, o Estado tem que aumentar também os investimentos, porque, como os senhores sabem, não é possível a União assumir tudo. Em primeiro lugar, nós vivemos num regime federativo; em segundo, o dinheiro está curto para todo o mundo.

Nós vamos auxiliar, mas os Estados têm que avaliar qual é a prioridade: *"Hoje, a prioridade é segurança"*. Do contrário, não conseguiremos vencer essa guerra.

Uma das ideias, e o Deputado Silas Freire fez essa proposta — peço o apoio dos Deputados —, é que, se for aprovado o jogo no Brasil, seja destinado pelo menos 5% para o Fundo Nacional de Segurança Pública. Nem entrei no mérito se a matéria vai ser aprovada ou não. Eu já encaminhei essa sugestão ao Senado, via Ministério, e estamos em conversações. Obviamente, essa é uma renda que ninguém espera. Se for aprovado, será uma novidade. Então, vamos priorizar o que precisa ser priorizado: a segurança pública.

É óbvio que defendo mais do que isso. Já defendia antes de me tornar Ministro. Quando houve a discussão da PEC 33, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, aprovada no Senado, eu tive a oportunidade de apresentar ao Senador Ferraço algumas ideias para a proposta de emenda. Ele acatou várias delas, mas acabou uma não passando, a da vinculação à segurança. Não se trata da criação de um novo imposto, de mais um tributo, pois o povo não aguenta mais pagar tributo, e com razão. Nós temos que saber usar bem o que conseguimos arrecadar e dar prioridade. Se todo o mundo acha que é prioridade segurança, a destinação de recurso tem que seguir.



Eu propus um percentual do Fundo de Participação dos Estados, uma parte vinculada à segurança. Esta parte vinculada à segurança — todos sabem que o Fundo é oriundo do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados — não significa aumentar nada, mas seria tirar do Fundo um *per capita* para a segurança, porque segurança tem que ser igual para todos os brasileiros.

Não adianta destinar mais recursos do Fundo para um Estado do que para outro, tem que destinar para todos, senão o crime migra. Não adianta investir muito no Estado e deixar o resto, porque o crime migra. Quando começou uma forte repressão às explosões de caixa eletrônico em São Paulo, o crime foi migrando. E há uma rota hoje no Nordeste e no Norte. O crime vai migrando para onde? Para cidades pequenas que têm pouco efetivo.

Portanto, nós temos que mexer no geral. Isso é importante, porque, realmente, se não houver uma priorização da segurança, sempre sofreremos com investimentos.

Há esse pedido nosso, caso venha a ser aprovado o projeto de jogo no Brasil, que pelo menos 5% seja destinado para a segurança. Pedir 5% já é difícil, mais de 5%, ninguém nem lê a proposta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Pede 100%, que eles dão 5%.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Se pedir 100%, eles nem me recebem. (*Riso.*)

Quanto a explosivo, a que o Deputado se referiu, eu vou encaminhar o pedido.

O Deputado Eduardo Bolsonaro falou sobre as armas apreendidas. É um desperdício apreender, como apreendemos 3 semanas atrás, em duas operações sequenciais na fronteira, 18 fuzis novinhos, americanos, embalados ainda, que estavam sendo trazidos para o Brasil, e destruí-los. Não há lógica! Destrói-se e abre-se uma licitação para comprar 12 fuzis. É algo tão ilógico, que a falta de lógica me parece que chega quase à burrice.

Então, eu preparei uma minuta de decreto. Não há necessidade, Deputado, de projeto de lei, porque há uma disposição no Estatuto do Desarmamento que permite essa regulamentação por decreto. Eu já havia dito isso no final das



Olimpíadas. Já o preparei e enviei. Esse decreto passa por órgãos do Exército e do Ministério da Defesa. V.Exas. sabem que infelizmente a burocracia é uma tradição nossa lusitana, até romano-germânica, questão cartorial nossa. Mas ele passou por tudo, já está na Casa Civil, para o Presidente assinar. Há possibilidade. É óbvio que recebi várias críticas, para variar. Disseram que essas armas vão ficar fora do controle. É claro que não. A polícia que apreende tem obviamente a prioridade de pedir. Na hora em que se pede e se autoriza, se passou isso ao patrimônio do Estado. Aquela polícia vai pegar arma por arma. Só no Rio de Janeiro, foram 190 fuzis, nos 6 primeiros meses.

Para que ficar fazendo licitação — se é licitação internacional, não dá, demora, e não se consegue comprar —, se está lá novinho, para aquela coisa que roda, de que eu não sei o nome, ficar passando por cima? Isso até ao final do ano, se Deus quiser, será publicado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Fico até feliz de saber que isso pode ser feito através de decreto. Também fico feliz pelo empenho de V.Exa. O Deputado Jair Bolsonaro já apresentou um projeto de lei nesse sentido, um projeto bem semelhante, mas ele nunca foi aprovado aqui na Casa. Então, fiquei satisfeito com a resposta.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Está ótimo. Neste ano, isso se resolve, se Deus quiser.

Quanto à questão do monopólio, CBC/Taurus, isso é preocupante. Eu mesmo, como Secretário de Segurança, tive dois problemas em relação a armamento que havia sido comprado. Os laudos foram feitos e, agora, nesta semana, o Secretário que me sucedeu, mas que acompanhou tudo, porque era meu Secretário-Adjunto, deu a penalidade à Taurus de não poder participar de licitação por um tempo, porque não entregou o que deveria.

Eu concordo quando se diz que nós não podemos, obviamente, enfraquecer totalmente a indústria nacional. Mas nós não podemos também ter, em virtude de um monopólio, a vida dos policiais em risco. (*Palmas.*) Isso é algo absolutamente absurdo.

E mais: nós vivemos, apesar de alguns não gostarem, em um sistema constitucional capitalista, de livre iniciativa. Se se consegue comprar um fuzil muito



melhor do que o de fabricação nacional e muito mais barato — é o que acontece quando se faz a licitação internacional —, a empresa nacional deve se adequar, buscar as condições necessárias. (*Palmas.*)

Nós estamos verificando isso, porque não foi só em São Paulo. Em São Paulo, nós afastamos 9 mil armas, porque houve problema em 12 — então, afastamos todas que foram compradas. Nós não vamos arriscar a vida.

A Polícia Rodoviária Federal também tem um lote em que houve problema. Isso é importantíssimo. O pessoal vai para fora, vai à Glock, à Beretta. Essas são armas muito mais modernas e muito mais baratas. Por que temos que comprar armas que estão gerando às vezes insegurança e são mais caras?

Mesmo que as armas só fossem mais caras, eu acho que a empresa tem que participar da licitação como todo mundo. Lá fora, quando disputa — e a CBC/Taurus ganha inúmeras licitações internacionais —, ela disputa com todo mundo e consegue ganhar. Aqui não precisa disputar. Vejam, monopólio, não há condições.

Então, há o meu total apoio para isso, seja pela questão da economicidade para o poder público, seja para algo que é muito mais importante, a segurança do policial, que só vai ter uma chance de sacar a arma e atirar. Se picota aquilo, não se vai ter a segunda chance e não se vai poder pedir à empresa que troque a arma depois.

Para encerrar, Deputado Ezequiel Fonseca, de Mato Grosso, nós estamos com prioridade na questão de inteligência e operações nas fronteiras. Em virtude disso, antecipei, falei dos núcleos nesses Estados. E mais: vamos ampliar a atuação nos países vizinhos.

A Bolívia não tinha ainda, mas, no dia 16 de novembro último, nós assinamos, eu e o Ministro de Governo da Bolívia, aqui, antes do evento no Itamaraty, um acordo de cooperação policial. Nós temos vários tratados internacionais, tratados para tudo. Na hora de regulamentar, ou seja, o chão da fábrica mesmo, o que faremos operacionalmente, não há quase nada.

Então, já havíamos feito com o Paraguai, agora fizemos com a Bolívia e vamos ampliar isso, para fazer operações conjuntas. Na faixa de fronteira, não há mais limite para as quadrilhas. Uma está atuando na outra e acabam se unindo. E esses países, Paraguai e Bolívia, agora sentiram que também estão correndo risco,



porque aumentou a violência na parte deles. Então, o interesse deles em fazer cooperações ampliou. Vamos avançar bastante nisso.

Obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço ao Sr. Ministro.

A pedido do Deputado Laerte Bessa, passo a palavra aos participantes Sr. Rafael Sampaio, Presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil do Distrito Federal — SINDEPO-DF, e ao Sr. Rodrigo Franco, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal — SINPOL-DF, por 1 minuto, por favor.

O SR. RAFAEL SAMPAIO - Muito obrigado, Presidente Alexandre Baldy, Deputado Laerte Bessa, Deputado Izalci Lucas e demais Deputados, pela possibilidade de participação.

Ministro, o senhor colocou um trinômio que a nós é muito caro e muito interessante. O senhor falou de confusão, o senhor falou de prioridade em segurança pública e o senhor falou ainda na questão do pacto federativo. Dentro desse trinômio, Ministro, precisamos colocar inicialmente que a Polícia Civil tem realmente natureza híbrida e que o Governo Federal resolveu manter a segurança pública do Distrito Federal através de fundo constitucional.

Acontece que esse fundo constitucional é extremamente mal gerido. No ano passado, 30% dos recursos do fundo constitucional foram destinados ao pagamento de inativos da área da saúde. Então, esse fundo não está se prestando à motivação para a qual foi...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço ao Sr. Rafael Sampaio.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Franco, por 1 minuto, por favor. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Deixe-o completar...

O SR. RAFAEL SAMPAIO - Vou concluir, Presidente.

Então, Sr. Ministro, eu gostaria de saber se a União pretende realmente retomar a gestão desse fundo constitucional e fazer com que o Distrito Federal empregue devidamente as verbas desse fundo, antes mesmo de uma federalização.

(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - O Sr. Rodrigo Franco com a palavra.

O SR. RODRIGO FRANCO - Boa tarde a todos. Boa tarde, policiais. Boa tarde, Mesa: Presidente Alexandre Baldy, Ministro Alexandre de Moraes e Deputados Laerte Bessa e Izalci Lucas.

Vou ser rápido nas minhas perguntas. A primeira delas é se existe a possibilidade de o Ministério da Justiça incluir, no Programa Nacional... Eu gostaria que o Ministro prestasse atenção.

Retomo a pergunta: é possível, Sr. Ministro, que a Polícia Civil — Polícia Militar, que seja; eu não sei qual é o desejo dos colegas da Polícia Militar — seja incluída no Programa Nacional de Segurança Pública como ente vinculado ao Ministério da Justiça? Esse é não só o desejo dos policiais civis, mas uma necessidade da população da Capital da República, onde estão embasados todos os poderes constituídos da República, bem como as embaixadas.

Segunda: nós gostaríamos do apoio do Poder Executivo federal para a extinção do Fundo Constitucional do Distrito Federal, por desvio de finalidade. (*Palmas.*) Ele está sendo desviado da sua finalidade. Não há mais motivo para que ele exista, porque o fundo constitucional foi criado para manter a segurança pública da Capital, em razão de que aqui vivem todos os Ministros, Deputados, Senadores e também embaixadores. Então, é necessária a extinção do fundo constitucional.

Terceira: eu gostaria de ouvir a opinião do Sr. Ministro e também do Governo Federal quanto à manutenção da aposentadoria especial para os policiais, para o segmento de segurança pública como um todo, especialmente para os policiais civis, em razão de que hoje vivemos uma guerra nas ruas do Brasil.

Essas são as minhas perguntas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço as palavras do Sr. Rafael Sampaio e do Sr. Rodrigo Franco.

Passo a palavra ao Sr. Ministro.

A SRA. GIOVANA TELES - Sr. Ministro, eu posso falar? Não sei nada de fundo, não sei nada dessas coisas; a única coisa que sei é que estou falando pelo povo, pela população. Essa greve está nos prejudicando.



O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Só 1 minutinho. Daqui a pouco você pode falar.

Eu só queria esclarecer que foram convidados também representantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Eles nos oficiaram dizendo que não poderiam comparecer a esta audiência por estarem hoje no Rio de Janeiro, num congresso, e também apoiando a Polícia Civil do Rio de Janeiro num evento que está havendo hoje lá. Esse é o motivo da falta de comparecimento da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Obrigado, Deputado Laerte Bessa, um lutador aqui da segurança pública.

Passo a palavra ao Sr. Ministro, para que possa responder aos participantes e fazer suas considerações finais.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Eu ia deixar isso para o final. A senhora é que é a Giovana Teles? (*Pausa.*)

A Sra. Giovana Teles me passou, no início da audiência, este documento. Eu peço a vocês policiais civis que a auxiliem. Eu também fui de carreira. Acho que todos os pleitos são importantes. Cada carreira tem que lutar por aquilo que acha melhor, mas, quando escolhemos algumas atividades, somos agentes do Estado. Então, não poderemos deixar que essa luta prejudique aquele que é o destinatário — nem digo da nossa profissão — da nossa vocação: o povo.

Ela me diz aqui que, no último dia 21 de outubro, a filha dela foi assassinada no Núcleo Bandeirante; que procurou a polícia há 40 dias, mas, em virtude da greve, sequer foi intimada, sequer foi ouvida na delegacia; e que nenhuma investigação começou. O que ela pede é algo extremamente simples.

Vou encaminhar isso ao chefe de polícia, pode ficar tranquila.

E peço a vocês que representam a categoria que deem uma olhada em qual é o problema em relação a isso, que é extremamente importante.

Então, isso está aqui registrado e será solucionado.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Ministro, só quero esclarecer que essa senhora esteve comigo ontem e já lhe expliquei a situação dela. Não há nenhum fato que não esteja sendo apurado. Conversei com o delegado que está apurando o caso. No momento em que ela estava comigo, o delegado já estava



ouvindo uma testemunha. Eu disse isso a ela. Não sei por qual motivo ela está vindo aqui, num horário impróprio, colocar essa posição. *(Manifestação na plateia.)*

Eu vou pedir à Segurança que a retirem, porque essa senhora está atrapalhando a nossa reunião. *(Manifestação na plateia. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Respeitamos a Sra. Giovana pela sua dor, pela sua posição. Ela externa hoje o sentimento da sociedade, da população brasileira, de que é necessário que as esferas públicas, como disse o Ministro, invistam na segurança pública. O Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais devem investir na segurança pública, em que hoje há carência, tanto quanto na saúde, na educação e no transporte público, porque, sem segurança, o cidadão sequer vai à escola, sequer vai ao posto de saúde.

Eu agradeço a todos os Deputados e Deputadas e a todos os visitantes que estiveram conosco. Agradeço a V.Exa., Ministro, por expor aqui o seu plano, pelo seu trabalho e por sua dedicação. Agradeço a V.Exa., em nome da Comissão de Segurança Pública, por ter nos recebido no Ministério, logo após a sua assunção ao cargo de Ministro da Justiça; por ter vindo aqui agora, concluindo o Plano de Segurança Nacional, para que possamos entender e compreender esse compartilhamento com os Governos Estaduais, com as forças de segurança dos Estados, a fim de que possamos efetivamente combater o tráfico, o contrabando, com as fronteiras, que são importantíssimas. Em meu Estado, Goiás, mais de 75% dos homicídios são relacionados a droga ou a contrabando. Então, é importantíssimo que essas diretrizes partam do Ministério da Justiça, com compartilhamento, com diálogo.

Participei de reuniões de V.Exa. com o Secretário Nacional de Segurança Pública para que haja essas diretrizes, esses planos, os projetos e a execução, ao final de toda ela, de uma forma conjunta, para que os dados não possam ser alterados, para que os profissionais de segurança pública sejam valorizados. Embora os Governos das esferas públicas estejam vivendo momentos difíceis na economia, que esses profissionais sejam valorizados, para que melhorem as condições da sociedade brasileira na segurança pública.



Então, agradeço ao Sr. Ministro pela oportunidade, pela participação, em nome da Comissão de Segurança Pública.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, peço só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes, porém, convoco Reunião Ordinária Deliberativa para quarta-feira, dia 7 de dezembro, às 14 horas, no Plenário 6, para deliberação de proposições constantes em pauta a ser divulgada, seguida de audiência pública, em que debateremos ações sobre a gestão das políticas públicas de enfrentamento do uso de *crack* e outras drogas, conforme relatório aprovado nesta Comissão a PFC 9/11, em atendimento ao Requerimento nº 184, de 2016. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Só 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu sei que V.Exa. tem compromisso agora, mas faltou a resposta das perguntas que os dois delegados fizeram ao Ministro. Não custa nada dar um tempinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Nós passamos a palavra ao Ministro.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Ele não respondeu. Eu só queria esclarecer o seguinte. Essa senhora o interrompeu. Ela esteve comigo ontem. Eu tive o maior prazer de atendê-la, liguei para o delegado que está investigando. Na hora, o delegado estava ouvindo uma pessoa do caso dela. A filha dela foi vítima de latrocínio. Eu sinto a dor que ela está sentindo. Isso ocorreu no mês de outubro, mas a polícia também não tem bola de cristal e está trabalhando no caso dela. Eu tenho certeza de que está, porque fiquei sabendo que realmente os policiais estavam investigando. Ela está desesperada porque não se chegou ainda à autoria, mas a polícia tem que investigar para chegar à autoria. Eu também queria que o Ministro, ao final da nossa reunião, respondesse ao SINDEPO e ao SINPOL, que fizeram essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Sr. Ministro, V.Exa. tem mais alguma posição?



O SR. MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Que eu me lembre, são três questões. A primeira é se há algum pensamento no sentido da extinção do fundo ou federalização. Não, não há nenhum pensamento com relação a isso. Se for comprovada irregularidade... Irregularidade é uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - E até cabe — perdoe-me V.Exa. — ao próprio Tribunal de Contas, que é o fiscalizador dos fundos constitucionais, principalmente, elencados pelo Orçamento-Geral da União, a propositura a nós, ao Legislativo, de que haja essa posição de que possamos excluir ou não a questão dos fundos constitucionais.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Até porque... (*Manifestação na plateia.*)

Se querem que eu responda, deixem-me responder. Quando vocês não gostam da resposta começam a... Temos de ser democráticos. Quem rege isso? Vocês podem não gostar do Governador atual ou do anterior, mas ele foi eleito para isso. Não foram vocês, não fui eu, não foram os Deputados que elegeram. Se houver irregularidade, isso tem que ser analisado. Aí se pode gerar extinção. Agora, se se rege de uma forma de que não gostamos, isso não é irregularidade, é conveniência e oportunidade. Não sou eu, Ministro, que fui eleito para ser Governador do Distrito Federal.

Da mesma forma é a questão do Plano Nacional de Segurança. Não há a mínima legalidade em vincular a Polícia Civil do Distrito Federal ao Ministério da Justiça no Plano Nacional de Segurança. Toda essa discussão que passamos a tarde aqui fazendo foi para iniciar a discussão desse modelo híbrido. Não seria por uma canetada no Plano Nacional de Segurança que iríamos atropelar toda a discussão.

A questão previdenciária está sendo analisada pelo Governo — de todos os setores. Nenhum setor do Governo está adiantando nenhuma questão em relação a isso, porque não há ainda uma definição do Presidente em relação ao texto final.

Obrigado novamente.

Boa tarde a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Baldy) - Agradeço a todos.

Declaro encerrada esta audiência pública.